



CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL - AFPS - 2002

GABARITOS (antes dos recursos)

Prova 3

(aplicada em 20/10/2002 - DONINGO - TARDE)

Área: Auditoria						Área: Tributação e Julgamento					
01 - C	13 - B	25 - D	37 - E	49 - C	61 - D	01 - A	13 - A	25 - E	37 - C	49 - D	61 - C
02 - D	14 - C	26 - C	38 - A	50 - E	62 - E	02 - B	14 - E	26 - A	38 - A	50 - A	62 - D
03 - C	15 - C	27 - E	39 - B	51 - C	63 - C	03 - C	15 - E	27 - D	39 - D	51 - C	63 - B
04 - B	16 - E	28 - B	40 - D	52 - B	64 - D	04 - A	16 - B	28 - B	40 - B	52 - E	64 - D
05 - A	17 - B	29 - D	41 - A	53 - D	65 - B	05 - D	17 - E	29 - C	41 - D	53 - B	65 - A
06 - D	18 - D	30 - A	42 - D	54 - B	66 - A	06 - B	18 - C	30 - B	42 - E	54 - A	66 - E
07 - E	19 - A	31 - A	43 - E	55 - D	67 - C	07 - C	19 - A	31 - D	43 - B	55 - D	67 - C
08 - B	20 - A	32 - C	44 - C	56 - E	68 - B	08 - B	20 - D	32 - A	44 - A	56 - C	68 - B
09 - E	21 - B	33 - A	45 - E	57 - D	69 - E	09 - D	21 - C	33 - E	45 - B	57 - D	69 - E
10 - B	22 - E	34 - E	46 - A	58 - B	70 - A	10 - A	22 - C	34 - D	46 - C	58 - A	70 - A
11 - A	23 - C	35 - D	47 - B	59 - C		11 - B	23 - E	35 - C	47 - B	59 - B	
12 - E	24 - D	36 - C	48 - A	60 - A		12 - E	24 - D	36 - E	48 - E	60 - C	

Área: Administração Tributária Previdenciária						Área: Auditoria nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar					
01 - D	13 - C	25 - C	37 - D	49 - D	61 - B	01 - B	13 - A	25 - D	37 - D	49 - D	61 - E
02 - B	14 - A	26 - B	38 - E	50 - A	62 - D	02 - D	14 - B	26 - C	38 - B	50 - E	62 - C
03 - E	15 - C	27 - E	39 - B	51 - B	63 - C	03 - E	15 - C	27 - E	39 - A	51 - E	63 - A
04 - B	16 - B	28 - C	40 - E	52 - E	64 - B	04 - A	16 - A	28 - E	40 - C	52 - A	64 - E
05 - C	17 - A	29 - E	41 - C	53 - C	65 - D	05 - E	17 - B	29 - A	41 - E	53 - B	65 - C
06 - A	18 - E	30 - B	42 - D	54 - A	66 - D	06 - A	18 - E	30 - D	42 - D	54 - C	66 - B
07 - D	19 - D	31 - A	43 - C	55 - E	67 - E	07 - D	19 - A	31 - D	43 - B	55 - B	67 - A
08 - A	20 - C	32 - D	44 - C	56 - A	68 - E	08 - C	20 - C	32 - B	44 - E	56 - B	68 - C
09 - E	21 - A	33 - C	45 - B	57 - D	69 - C	09 - E	21 - E	33 - D	45 - C	57 - D	69 - A
10 - D	22 - B	34 - A	46 - E	58 - C	70 - A	10 - B	22 - B	34 - C	46 - C	58 - B	70 - D
11 - B	23 - E	35 - D	47 - A	59 - A		11 - D	23 - D	35 - B	47 - D	59 - E	
12 - E	24 - D	36 - A	48 - E	60 - B		12 - C	24 - C	36 - A	48 - A	60 - A	



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
AUDITOR-FISCAL DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL - 2002

Auditoria

P.3

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5h**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 70**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.8 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Avançada	01 a 35	2
Auditoria	36 a 70	

Boa Prova

CONTABILIDADE AVANÇADA

01- Na verificação de saldos de ágio ou deságio em investimentos societários em coligadas ou controladas cujo patrimônio líquido se torna negativo, em um determinado período, o procedimento contábil indicado é:

- a) evidenciar esse fato apenas nas demonstrações consolidadas.
- b) manter o investimento sem ajustá-lo evidenciando o fato em notas explicativas.
- c) amortizar integralmente os saldos existentes de ágio ou de deságio.
- d) não reconhecer o valor negativo do investimento e evidenciar o fato em notas explicativas.
- e) construir uma reserva de capital para amortizar possíveis perdas existentes.

02- Das assertivas listadas abaixo, identifique aquela que não é verdadeira.

- a) A publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é de caráter obrigatório para as Sociedades Anônimas.
- b) As informações contidas na Demonstração dos Fluxos dos Caixas entre outras evidências, também permitem aos usuários a identificação da flexibilidade financeira da empresa e a taxa de conversão de lucro em caixa.
- c) Independentemente de serem ou não constituídos por companhias abertas, os grupos de sociedades formalmente constituídas sob a forma de grupos empresariais devem apresentar demonstrações consolidadas.
- d) A apresentação da Demonstração do Valor Agregado e o Balanço Social são peças de publicação obrigatória, segundo exigência da CVM, para as companhias abertas.
- e) As reversões de reservas, o lucro líquido do exercício e a parcela dos lucros incorporada ao capital são evidenciados na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

03- Na elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, representam origens de recursos os

- a) produtos da alienação de partes beneficiárias, variações monetárias de dívidas de longo prazo e exaustão.
- b) bônus de subscrição, variação nos resultados de exercícios futuros e resultado de equivalência patrimonial.
- c) ágios na emissão de ações, produtos da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.
- d) ajustes de exercícios anteriores, doações e subvenções e reduções do realizável a longo prazo.
- e) aumentos de imobilizado decorrentes de integralização de capital, ágio na emissão de ações e resultado de equivalência patrimonial.

04- São evidenciados na Demonstração das Mutações Patrimoniais os montantes:

- a) da retificação de erros de exercícios anteriores e dos efeitos da equivalência patrimonial.
- b) dos efeitos da mudança de critérios contábeis e do ágio na emissão de ações.
- c) das amortizações do ágio na emissão de ações e do valor das ações preferenciais em tesouraria.
- d) de ganhos com investimentos em controladas e das reservas para retenção de lucro para expansão.
- e) das subvenções para investimentos em regiões em desenvolvimento e do lucro líquido por ação.

05- Na divulgação das demonstrações contábeis das companhias abertas, para efeito de melhor entendimento dessas demonstrações, além das notas explicativas previstas na Lei 6.404/76, a CVM recomenda também a divulgação:

- a) das justificativas e os efeitos da mudança de critérios contábeis e dos créditos e as obrigações entre investidoras e as coligadas e controladas, especificando prazos, encargos financeiros e as garantias.
- b) do critério de avaliação de investimentos societários e a base da constituição da Provisão para o pagamento do Imposto de Renda, inclusive quanto à adoção de diferimento desse imposto e a consideração ou não de incentivos fiscais.
- c) das taxas de juros, datas de vencimento e as garantias das obrigações de longo prazo; dos ajustes referentes a exercícios anteriores e das características dos subsídios governamentais ou outras formas de subsídios obtidos.
- d) do aumento de elementos dos ativos resultantes de novas avaliações; dos efeitos da mudança de critérios contábeis e dos créditos e das obrigações existentes entre investidoras, controladas e coligadas.
- e) das características dos subsídios governamentais ou outras formas de subsídios obtidos; do critério de avaliação das aplicações temporárias em títulos e valores mobiliários e da base de constituição da provisão para devedores duvidosos.

06- Na Demonstração do Resultado do Exercício são classificados como itens não-operacionais:

- a) Ganhos e Perdas de Capital no Ativo Diferido e Resultado de Equivalência Patrimonial.
- b) Provisão para Perdas Prováveis na Realização de Investimentos e Lucros ou Prejuízos de Participações em Outras Sociedades.
- c) Resultado de Equivalência Patrimonial e Ganhos e Perdas na Alienação de Investimentos.
- d) Ganhos e Perdas na Alienação de Investimentos e Ganhos e Perdas de Capital no Ativo Diferido.
- e) Variações Monetárias de Obrigações e Créditos e Amortização de Ágio em Investimentos.

07- A depreciação de equipamentos e instalações utilizados nas pesquisas com desenvolvimento de novos produtos é classificada como:

- a) conta de resultado.
- b) gastos não operacionais.
- c) despesas antecipadas.
- d) despesas de depreciação.
- e) gastos do ativo diferido.

08- Os gastos relacionados com bens do Ativo Imobilizado que beneficiarem vários exercícios são classificados contabilmente como:

- a) despesas de exercícios futuros.
- b) gastos de capital.
- c) despesas diferidas.
- d) gastos de período.
- e) gastos não-operacionais.

09- São contas integrantes do Ativo Diferido:

- a) Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Licença de Sistemas Aplicativos – Software.
- b) Gastos Preliminares de Operação e Despesa de Propaganda e Publicidade.
- c) Prêmios Recebidos em Opções – Mercado de Opções e Benefitorias em Propriedades Arrendadas.
- d) Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos e Despesa de Propaganda e Publicidade.
- e) Juros a Acionistas em fase de Implantação e Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos.

10- Segundo a Deliberação CVM 193/96 os juros sobre financiamentos obtidos de terceiros para construção do Ativo Imobilizado devem ser:

- a) adicionados ao valor da depreciação do exercício imediatamente após o período de carência, se houver.
- b) registrados em conta destacada que evidencie a sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem.
- c) incorporados ao ativo imobilizado durante o período em que vigorar o contrato de financiamento.
- d) tratados como encargos financeiros e registrados em contas de despesas não-operacionais.
- e) tratados como ativo imobilizado somente no decorrer do período de carência contratado.

11- São contas integrantes do Patrimônio Líquido:

- a) Prêmios na Emissão de Debêntures conversíveis em ações e Alienação de Bônus de Subscrição.
- b) Subvenção para Investimentos e Retenções Contratuais.
- c) Debêntures Conversíveis em Ações e Alienação de Partes Beneficiárias.
- d) Ágio na Emissão de Quotas e Reserva e Deságio Líquido dos Investimentos.
- e) Provisão para Participação de Partes Beneficiárias e Ações em Tesouraria.

12- Na existência de saldos de obrigações para com fornecedores relativos à aquisição de estoques, se indexados em moeda estrangeira, quando da ocorrência de variação na taxa de câmbio, a atualização desse passivo deverá ser registrada como:

- a) acréscimos da conta de estoques.
- b) ganhos com estoques importados.
- c) incremento de custo de mercadoria vendida.
- d) atualização dos saldos de estoque.
- e) despesas de Variação Cambial.

13- Representam contas relativas ao Capital de Terceiros:

- a) Provisões Contingenciais e Provisão para créditos de liquidação Duvidosa.
- b) Retenções Contratuais e Operações em Bolsa Prêmios Recebidos – Mercado de Opções.
- c) Créditos de Acionistas – transações não-operacionais e Adiantamentos a Terceiros.
- d) Duplicatas Descontadas e Depósitos para garantia de operações a termo.
- e) Créditos de Controladas e Coligadas e Adiantamentos para Inversões Fixas.

14- São fatores de variação do total do Patrimônio Líquido os lançamentos de:

- a) compensação de prejuízos com saldos de Reservas e de distribuição de dividendos.
- b) registro de doações e subvenções e de aumento de capital com utilização de reservas.
- c) ajustes de exercícios anteriores e de recebimento de prêmios na emissão de debêntures.
- d) reversão de reserva de capital e compensação de prejuízos com utilização de saldos de reservas para contingências.
- e) aumento de capital com subscrição firme de sócios e com utilização de saldos de reservas para expansão.

15- O reconhecimento de provisões ativas ou passivas possuem como contrapartida uma conta de:

- a) ganho
- b) receita
- c) despesa
- d) reserva
- e) fundo

Enunciado para as questões de nº 16 a 18:

A Cia. Itaguara tem determinado nos seus estatutos que 30% dos seus lucros líquidos serão pagos a título de dividendos a seus acionistas, cabendo aos acionistas de ações preferenciais classe A um dividendo fixo em R\$0,15/ação e aos acionistas ordinários um dividendo mínimo estabelecido em R\$0,10/ação.

Em um determinado período o Lucro Líquido, após todas as inclusões/deduções, obtido pela empresa foi de R\$ 4.000.000,00 e os dados referentes às ações eram os seguintes:

Informações	Ações Preferenciais		Ações Ordinárias
	Classe A	Classe B	
Quantidade de Ações	2.000.000	3.000.000	5.000.000
Valor Nominal Unitário	1,00	1,00	1,00
Valor Unitário de Mercado	6,00	8,50	não cotado
Valor Patrimonial Unitário	2,50	2,50	2,50

Com base nas informações fornecidas indique:

16- O montante a ser distribuído como dividendo para os acionistas preferenciais.

- a) R\$600.000
- b) R\$640.000
- c) R\$650.000
- d) R\$660.000
- e) R\$700.000

17- O valor do dividendo por ação a ser distribuído aos acionistas portadores de ações preferenciais classe B.

- a) R\$0,150
- b) R\$0,133
- c) R\$0,121
- d) R\$0,110
- e) R\$0,100

18- Dos dividendos distribuídos qual o percentual que caberá aos acionistas ordinários.

- a) 25,0%
- b) 33,3%
- c) 40,0%
- d) 41,7%
- e) 58,3%

19- Se o estatuto da companhia for omissivo quanto à parcela do lucro que deverá ser distribuído a título de dividendo, o acionista terá direito à metade do lucro ajustado. Na determinação dessa base de cálculo são deduzidos os valores:

- a) transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar.
- b) da parcela referente a reservas constituídas por subvenções governamentais.
- c) da parcela de lucros a realizar formados em exercícios anteriores.
- d) da parcela referente às Reservas de Capital conseqüentes de doações.
- e) referentes à reversão no exercício de saldo das reservas para contingências.

20- A diferença verificada entre o montante inscrito no Ativo Permanente Investimentos - Participações Societárias e o resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial é classificado como:

- a) receita ou despesa operacional.
- b) item do patrimônio líquido da investidora.
- c) receita e despesa não-operacional.
- d) ganhos e perdas não-operacionais.
- e) receita de ágio em investimentos.

Com base na afirmativa abaixo responda as questões de números 21 a 23.

O procedimento de reavaliação realizado pela Cia. Itacolomi em 31.12.1999 indica conforme o laudo pericial um acréscimo patrimonial no valor de \$10,5 milhões e uma vida útil adicional para as máquinas reavaliadas de 4 anos.

21- Se o valor contábil líquido dessas máquinas, antes do processo de reavaliação, fosse nulo o valor computado como depreciação ao final do exercício de 2000 seria:

- a) \$2.725.000
- b) \$2.625.000
- c) \$2.600.000
- d) \$2.406.250
- e) \$2.025.000

22- O fato em questão gera na controladora da Cia. Itacolomi o procedimento contábil de:

- a) registrar em conta de reserva de lucros a realizar o valor proporcional a seu investimento societário.
- b) proceder à evidenciação do fato em notas explicativas do laudo pericial de sua controladora quando da publicação das suas demonstrações.
- c) reconhecer como reserva de capital o valor de \$10.500.000 em função do ganho de capital havido no seu investimento.
- d) efetuar um lançamento de débito no seu ativo imobilizado em uma subconta denominada reavaliação de investidas.
- e) constituir também uma reserva de reavaliação na proporção percentual de sua participação societária.

23- O procedimento contábil feito pela Cia. Itacolomi, segundo a Deliberação CVM 183/95, contraria o conceito do princípio contábil do(a):

- a) atributo da informação contábil.
- b) competência de exercício.
- c) custo como base de valor.
- d) atualização monetária.
- e) confiabilidade contábil.

24- Os saldos finais resultantes da existência de contratos de mútuo, acordados por companhias pertencentes ao mesmo grupo, são:

- a) registrados como realizável a longo prazo apenas se corresponderem a repasses de recursos financeiros da investidora para a investida.
- b) reconhecidos isoladamente se essa operação for realizada somente entre empresas com investimentos relevantes.
- c) contabilizados como conta retificadora de Participações Societárias quando se tratar de empresas coligadas.
- d) anulados por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do grupo.
- e) evidenciados apenas nas notas explicativas da companhia investidora se a operação for realizada com controladas.

25- A Cia. Itajubá, controladora do grupo ITA, encerra seu exercício contábil ao final de dezembro. Em 12.12.2000, essa empresa negocia e formaliza a alienação da sua participação societária na Cia. Maranhão de Tecidos que correspondia a 80% do capital total daquela companhia. Se a investidora possui ações cotadas em bolsa e publica suas demonstrações consolidadas, de acordo com a Instrução CVM nº 247/96, o procedimento a ser adotado nesse caso é:

- a) manter a Cia. Maranhão nas demonstrações consolidadas, avaliando o seu patrimônio *pro rata*.
- b) pedir autorização para a CVM para excluir a Cia. Maranhão das demonstrações consolidadas.
- c) incluir a Cia. Maranhão nas demonstrações consolidadas do grupo já que a negociação só ocorreu em dezembro.
- d) excluir das demonstrações consolidadas a Cia. Maranhão sem a prévia autorização da CVM.
- e) encaminhar à CVM o pedido de eliminação das demonstrações consolidadas da empresa negociada.

A Cia. Itaici, controlada da Cia. Itacuruçá, em 02.01.2000, vende a vista, uma máquina fresadora para sua investidora, cujos dados envolvidos na transação são os seguintes:

Dados do Ativo Fixo Vendido	
Custo histórico	60.000.000
Depreciação Acumulada	(30.000.000)
Valor de Venda	50.000.000
Taxa anual de depreciação	10%

Outras informações:

- O período contábil das empresas é encerrado ao final do mês de dezembro, e
- Ambas são companhias abertas e pertencem ao mesmo conglomerado empresarial.

Levando em conta os dados fornecidos, responda as questões de nº 26 a 30.

26- Os procedimentos contábeis de consolidação das demonstrações deverão contemplar:

- a) um lançamento de crédito, no valor de R\$2.000.000, na conta de Depreciação Acumulada.
- b) um lançamento de débito, no valor de R\$3.000.000, na conta de Depreciação Acumulada.
- c) um lançamento de débito, no valor de R\$2.000.000, na conta de Depreciação Acumulada.
- d) um lançamento de débito, no valor de R\$5.000.000, na conta de Depreciação Acumulada.
- e) um lançamento de crédito, no valor de R\$3.000.000, na conta de Depreciação Acumulada.

27- O valor líquido apurado como resultado não realizado é:

- a) \$30.000.000
- b) \$25.000.000
- c) \$24.000.000
- d) \$20.000.000
- e) \$18.000.000

28- O valor a ser ajustado na conta de Máquinas e Equipamentos é:

- a) \$18.000.000
- b) \$20.000.000
- c) \$24.000.000
- d) \$25.000.000
- e) \$30.000.000

29- O resultado apurado na transação deve ser registrado na empresa investida como:

- a) Resultado operacional.
- b) Perdas com imobilizado.
- c) Ganhos operacionais.
- d) Resultado não-operacional.
- e) Perdas Permanentes.

30- Na demonstração de Resultado consolidada deve ser efetuado um lançamento de:

- a) crédito em despesa de depreciação.
- b) débito em depreciação acumulada.
- c) crédito em resultados com imobilizado.
- d) débito na conta de máquinas.
- e) crédito em lucro líquido do exercício.

31- Dos procedimentos listados abaixo indique aquele que não corresponde a procedimentos exigidos pela CVM, para comunicação e divulgação de informações relativas às operações de fusão de companhias abertas.

- a) Comunicar de forma restrita a entidades do mercado de balcão, até cinco dias antes da data da assembléia geral que irá deliberar sobre o protocolo de intenção.
- b) As comunicações devem explicitar os benefícios esperados de natureza empresarial, patrimonial, legal, financeira e quaisquer outros efeitos positivos, bem como fatores de risco envolvidos na operação.
- c) As informações devem apresentar o detalhamento da composição dos passivos e das contingências passivas não contabilizadas a serem assumidas pela companhia resultante da operação.
- d) A comunicação deve conter a quantificação estimada das ações que os acionistas preferenciais receberão, e as razões para modificação de seus direitos, se houver, bem como eventuais mecanismos compensatórios.

e) A comparação, em quadros demonstrativos, entre as vantagens políticas e patrimoniais das ações do controlador e dos demais acionistas antes e depois da operação, inclusive das alterações dos respectivos direitos.

32- A companhia aberta Itaqui S.A., em 09.2001, incorpora sua controladora Cia. Tupinambá. Nessa operação o valor contábil dos bens da incorporada era R\$ 90 milhões; se o valor de mercado desses mesmos bens fosse de R\$ 105 milhões, a diferença de R\$ 15 milhões apurada entre o valor contábil e o valor de mercado deve ser registrada em uma:

- a) subconta do capital social para imediatamente ser incorporada ao Capital.
- b) conta provisão para variação do custo ou mercado, dos dois o menor.
- c) conta de reserva especial de ágio na incorporação.
- d) provisão contingencial de ágio em incorporação de controlada.
- e) conta de reserva de lucros a realizar.

33- Na elaboração do Fluxo dos Caixas são consideradas atividades de financiamento:

- a) recebimentos por emissão de debêntures, pagamentos de dividendos distribuídos no período e empréstimos obtidos.
- b) pagamentos pela aquisição de títulos patrimoniais de outras empresas, empréstimos obtidos no mercado e pagamentos a fornecedores.
- c) recebimento de dividendos pela participação no patrimônio de outras empresas, pagamento de fornecedores e recursos para aumento de capital.
- d) pagamentos de encargos sobre empréstimos de longo prazo, recebimentos de dividendos e recebimentos provenientes de clientes.
- e) recebimento do principal dos empréstimos concedidos, aquisições de novas participações societárias e recebimentos de dividendos de empresas coligadas.

34- Os Fluxos dos Caixas podem ser elaborados pelos métodos

- a) descontado e direto.
- b) de geração líquida e descontado.
- c) indireto e descontado.
- d) corrente e de geração líquida.
- e) direto e indireto.

35- Das assertivas a seguir, indique aquela que é formada por fatores que provocam movimentações do caixa geradas pelas atividades de investimentos.

- a) Contratação de financiamentos de longo prazo e aumento de capital com utilização de reservas.
- b) Acréscimos de capital por subscrição firme de ações ordinárias e reversão de reserva contingencial.
- c) Reversão de provisão para devedores duvidosos e alienação de imobilizado operacional.
- d) Alienação de imobilizado e aquisições de controle acionário de outras companhias.
- e) Aumento de capital com utilização de saldo de reservas de lucro e aquisição de investimentos permanentes.

AUDITORIA

36- A auditoria deve ser realizada consoante os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Na ausência de disposições específicas, o auditor deve:

- a) recusar o trabalho de auditoria e encaminhar relatório consubstanciado para a direção da empresa.
- b) seguir as práticas utilizadas pela empresa de auditoria, ainda que não aceitas pelos órgãos regulamentadores.
- c) seguir as práticas já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.
- d) seguir as teorias defendidas pela empresa de auditoria e não aceitas pelos organismos próprios.
- e) omitir seu parecer, independente de quaisquer práticas realizadas, ainda que já estejam consagradas pela Profissão Contábil.

37- Segundo as normas de auditoria, as definições de fraude e erro são, respectivamente:

- a) Ato não-intencional de registrar documentos oficiais corretamente, bem como elaborar demonstrações financeiras de forma correta. Ato intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
- b) Ato não-intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis. Ato intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
- c) Ato não-intencional de evidenciar a manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis. Ato intencional resultante de omissão, desatenção ou interpretação correta de fatos na elaboração de registros e demonstrações financeiras.
- d) Ato intencional de registrar as transações de forma adequada os fatos contábeis e a elaboração das demonstrações contábeis. Ato não-intencional resultante de omissão, desatenção ou interpretação de fatos de forma correta na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
- e) Ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis. Ato não-intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

38- O Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade é integrado por:

- a) dois representantes do Conselho Federal de Contabilidade e dois representantes do IBRACON.
- b) três representantes da Comissão de Valores Mobiliários e dois representantes do IBRACON.
- c) dois representantes do IBRACON e dois representantes da Comissão de Valores Mobiliários.
- d) três representantes das empresas de auditoria e três representantes do Conselho Federal de Contabilidade.
- e) dois representantes da Comissão de Valores Mobiliários e três representantes da AUDIBRA.

39- O objetivo da revisão pelos pares consiste na:

- a) explicação de motivos que levaram os auditores a emitir pareceres com ressalva contratados por seus clientes.
- b) avaliação dos procedimentos adotados pelos auditores com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.
- c) análise dos procedimentos adotados pelos auditores no cumprimento de um razoável critério de seleção de amostras.
- d) determinação dos procedimentos indicados pelo auditor revisor quanto à qualidade dos trabalhos executados.
- e) análise da variação de taxa horária média dos três últimos anos praticada pelo auditor.

40- É uma característica da auditoria interna:

- a) manter independência total da empresa.
- b) ser sempre executada por profissional liberal.
- c) emitir parecer sobre as demonstrações financeiras.
- d) revisar integralmente os registros contábeis.
- e) existir em todas as empresas de capital aberto.

41- O objetivo geral da auditoria interna é atender:

- a) à administração da empresa.
- b) aos acionistas da empresa.
- c) à auditoria externa da empresa.
- d) à gerência financeira da empresa.
- e) à gerência comercial da empresa.

42- Os procedimentos relacionados para compor um programa de auditoria são desenhados para:

- a) detectar erros e irregularidades significativas.
- b) proteger o auditor em caso de litígio legal.
- c) avaliar a estrutura dos controles internos.
- d) coletar evidências suficientes de auditoria.
- e) desenvolver um plano estratégico da empresa.

43- Os controles internos podem ser classificados em:

- a) contábeis e jurídicos.
- b) patrimoniais e econômicos.
- c) financeiros e econômicos.
- d) empresariais e externos.
- e) administrativos e contábeis.

44- O risco de sistemas contábeis e de controles internos que deixarem de prevenir e/ou detectar uma distorção no saldo de uma conta que pode ser relevante, classifica-se como risco:

- a) inerente
- b) do trabalho
- c) de controle
- d) detecção
- e) do negócio

45- Ao constatar a ineficácia de determinados procedimentos de controle o auditor deve:

- a) aumentar a extensão dos testes de controle.
- b) diminuir a extensão dos testes substantivos.
- c) aumentar o nível planejado de risco de detecção.
- d) diminuir o nível de risco inerente da área em questão.
- e) aumentar o nível planejado de testes substantivos.

46- Na aplicação dos testes de observância, o auditor deve verificar a _____, _____ e _____ de controles internos.

- a) existência, efetividade, continuidade
- b) deficiência, inexistência, continuidade
- c) validade, relevância, materialidade
- d) aplicabilidade, eficiência, lógica
- e) extensão, irregularidade e descontinuidade

47- Os testes substantivos têm por finalidade:

- a) avaliar a eficácia dos controles internos mantidos pela administração da empresa.
- b) determinar a adequação de afirmações significativas nas demonstrações contábeis.
- c) determinar a adequação das metas significativas previstas nas demonstrações contábeis.
- d) avaliar os critérios contábeis aplicados pela administração na elaboração de demonstrações contábeis.
- e) avaliar a fidedignidade dos controles mantidos pela administração através de testes documentais.

48- Os procedimentos de auditoria são um conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas. Tais procedimentos abrangem os seguintes testes:

- a) substantivos e de observância.
- b) de revisão analítica e substantivos.
- c) substantivos e de cálculo.
- d) de confirmação e de observância.
- e) de inspeção e revisão analítica.

49- A determinação da amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo no processo de auditoria é feita com base:

- a) na experiência do auditor em trabalhos executados.
- b) na quantidade de horas negociadas com o cliente para execução do trabalho.
- c) na análise de riscos de auditoria e outros elementos que dispuser.
- d) na quantidade de lançamentos contábeis feitos pela empresa.
- e) na observância dos documentos utilizados no processo de contabilização.

50- A circularização é um procedimento de auditoria que aplicado à área de contas a receber confirma:

- a) os cálculos efetuados pelo auditor.
- b) a existência física do bem da empresa.
- c) a existência física do documento gerador do fato.
- d) a existência de duplicatas descontadas.
- e) o saldo apresentado pela empresa no cliente.

51- A administração de uma entidade envia uma carta às diversas instituições financeiras com as quais se relaciona comercialmente, solicitando informações dos saldos em aberto existentes nessas empresas em uma determinada data, cuja resposta deva ser enviada diretamente aos seus auditores independentes. Nesse caso, ocorre um procedimento de:

- a) investigação
- b) observação
- c) confirmação
- d) revisão analítica
- e) inspeção

52- Na aplicação dos procedimentos de revisão analítica, o auditor deve considerar a _____ das informações, sua _____, _____ e comparabilidade.

- a) facilidade, materialidade, irrelevância
- b) disponibilidade, relevância, confiabilidade
- c) clareza, existência, individualidade
- d) indisponibilidade, apresentação, existência
- e) facilidade, irrelevância, materialidade

53- Para determinação da suficiência de cobertura de seguros para ativo imobilizado deve-se proceder ao confronto da cobertura da apólice com o valor:

- a) da existência física do ativo imobilizado.
- b) das despesas antecipadas.
- c) total das despesas de seguros.
- d) do saldo contábil do ativo imobilizado.
- e) do Patrimônio Líquido.

54- Normalmente, o auditor efetua a conferência da exatidão de rendimentos de aplicações financeiras de longo prazo considerando as receitas auferidas destas aplicações de acordo com o regime de competência. Esse procedimento de auditoria é denominado:

- a) inspeção
- b) cálculo
- c) observação
- d) revisão analítica
- e) investigação

- 55- Assinale a opção em que o procedimento de revisão analítica não está associado a clientes.
- a) Análise de flutuações de volume ou na quantidade de vendas por produto.
 - b) Análise do nível de devoluções e abatimentos por clientes individualmente.
 - c) Margem bruta por produto ou por localidade de seus postos de vendas.
 - d) Análise de variação de preços de produtos entregues pelos fornecedores.
 - e) Alterações nos preços unitários e taxas de desconto para clientes especiais.
- 56- Assinale a opção que não corresponde ao fator de risco inerente em estoques.
- a) Flutuações significativas nos preços de materiais.
 - b) Alterações significativas nos níveis de produção.
 - c) Variação no custo-padrão é relevante.
 - d) Processo de produção envolve várias etapas complexas.
 - e) Análise de composição de estoques.
- 57- Em decorrência das respostas de circularização, de advogados internos e externos da empresa auditada, o auditor independente recebeu diversas respostas com opinião sobre a possibilidade remota de insucesso de ações de diversas naturezas, contra a empresa, já em fase de execução. Neste caso, o auditor deve:
- a) concordar integralmente com os advogados.
 - b) discordar parcialmente dos advogados.
 - c) concordar parcialmente com os advogados.
 - d) discordar integralmente dos advogados.
 - e) não concordar nem discordar dos advogados.
- 58- Na determinação da amostra, o auditor não deve levar em consideração o(a):
- a) erro esperado.
 - b) valor dos itens da amostra.
 - c) tamanho da amostra.
 - d) população objeto da amostra.
 - e) estratificação da amostra.
- 59- Nas alternativas de escolha da amostra, um dos tipos a ser considerado pelo auditor é a seleção:
- a) direcionada e padronizada dos itens que compõem a amostra.
 - b) dirigida e padronizada dos itens que compõem a base da amostra a ser utilizada.
 - c) casual, a critério do auditor, baseada em sua experiência profissional.
 - d) casual, a critério da empresa auditada, para determinação da amostra a ser utilizada.
 - e) dirigida em comum acordo entre a empresa auditada e o auditor.
- 60- A carta de responsabilidade da administração deve ser emitida com a mesma data do(a)
- a) parecer dos auditores.
 - b) balanço patrimonial.
 - c) relatório da administração.
 - d) relatório de controle interno.
 - e) publicação das demonstrações contábeis.
- 61- Ao utilizar os trabalhos já efetuados pela auditoria interna em seus testes substantivos, se o auditor independente julgar que o volume de testes não é suficiente, ele deve:
- a) ressaltar o parecer de auditoria.
 - b) abster-se de emitir uma opinião de auditoria.
 - c) requisitar novos testes à auditoria interna.
 - d) efetuar testes adicionais necessários.
 - e) incluir uma nota explicativa em seu parecer.
- 62- Em uma auditoria de uma *holding*, os auditores de uma das controladas emitiram um parecer alertando da descontinuidade operacional. Nesse caso, o auditor principal deve:
- a) discutir com os auditores dessa controlada e consolidar os valores.
 - b) avaliar a relevância dos valores da controlada e consolidar os valores.
 - c) discutir com a administração da *holding* e ressaltar o parecer.
 - d) ressaltar o parecer de auditoria em função do parecer do outro auditor.
 - e) incluir uma nota explicativa e não consolidar os valores da controlada.

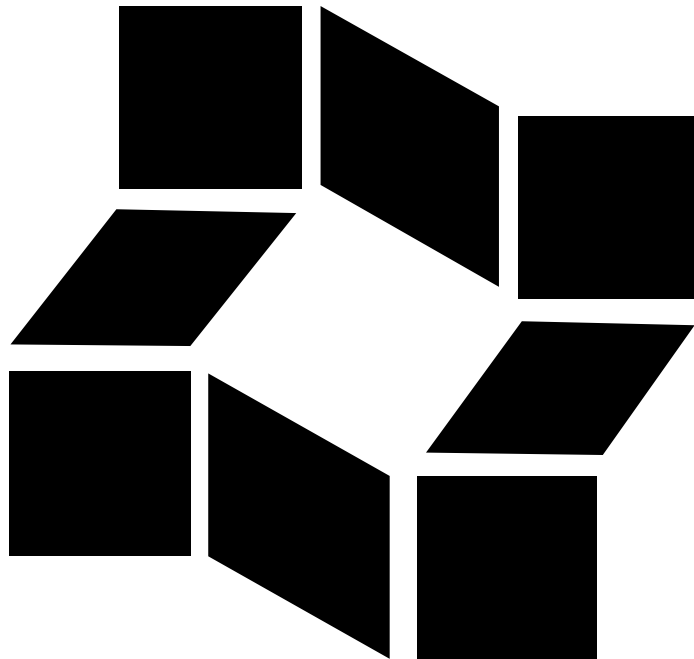
- 63- Num exame de uma entidade de previdência privada, obrigatoriamente o auditor necessita do auxílio de um especialista de outra área. Esse profissional é um:
- a) engenheiro
 - b) advogado
 - c) atuário
 - d) médico
 - e) administrador
- 64- Identifique um procedimento de auditoria para evidenciação de um evento subsequente.
- a) Circularização do saldo de contas a receber do período findo auditado.
 - b) Inventário físico dos saldos de abertura e final do período auditado.
 - c) Exame dos pagamentos realizados no período auditado.
 - d) Exame de devoluções de vendas realizadas no período seguinte auditado.
 - e) Teste de adições de imobilizado realizado durante o período auditado.
- 65- Na constatação de omissão de eventos subsequentes relevantes identificados pelo auditor, nas demonstrações contábeis da empresa auditada, o profissional deve:
- a) elaborar notas explicativas justificando.
 - b) ressaltar o parecer ou abster-se de dar opinião.
 - c) ajustar as contas com os procedimentos recomendados.
 - d) recomendar à empresa que omita os ajustes.
 - e) emitir parecer sem ressalva.
- 66- Se, após a emissão das demonstrações contábeis de companhia aberta, o auditor tomar conhecimento de um fato que poderia modificar seu parecer e, no entanto, a administração não toma as medidas necessárias para assegurar que os usuários sejam informados do fato, o auditor deve:
- a) informar à administração da empresa auditada que tomará medidas para impedir que seu parecer seja utilizado por terceiros para tomada de decisão.
 - b) publicar, nos mesmos jornais onde foram publicadas as demonstrações contábeis da empresa auditada, que o auditor está se abstendo do parecer de auditoria publicado.
 - c) informar aos órgãos regulamentares competentes que irá tomar medidas para informar aos usuários das demonstrações contábeis publicadas quanto ao risco identificado.
 - d) enviar uma carta aos administradores da empresa auditada, informando que o trabalho de auditoria foi prejudicado e, num momento futuro, oportuno, irá se manifestar a respeito desse fato.
 - e) informar aos principais acionistas da empresa que as demonstrações contábeis publicadas podem apresentar vieses para fins de tomada de decisão.
- 67- O auditor, ao terminar seus trabalhos, conclui que as demonstrações contábeis estão comprometidas substancialmente. O tipo de parecer que o auditor deve emitir é:
- a) sem ressalva ou com abstenção de opinião.
 - b) com ressalva ou com nota explicativa.
 - c) adverso ou com ressalva.
 - d) com abstenção de opinião ou limpo.
 - e) com limitação de opinião ou adverso.
- 68- A administração da entidade auditada inclui em uma nota explicativa, de forma clara, um fato relevante, caracterizando a natureza e seu provável efeito em decorrência da incerteza que o desfecho possa afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade e o resultado das suas operações. Ao elaborar sua opinião, o auditor deve:
- a) incluir uma ressalva.
 - b) incluir uma nota explicativa.
 - c) abster-se de opinião.
 - d) emitir parecer adverso.
 - e) exigir que se contabilize o efeito.

69- Quando houver participação de outros auditores independentes no exame de demonstrações contábeis de participações societárias irrelevantes, o auditor da empresa investidora:

- a) deve destacar esse fato no seu parecer, indicando os valores envolvidos nas participações.
- b) deve incluir informações consideradas relevantes para adequada interpretação de seus usuários.
- c) pode desconsiderar esse valor por ser imaterial no conjunto das demonstrações contábeis.
- d) pode incluir em nota explicativa que essas participações foram auditadas por outros auditores.
- e) pode deixar de destacar esse fato e, também, seu efeito em seu parecer de auditoria.

70- Quando um auditor expressa uma opinião sobre as demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, ele deve:

- a) já ter emitido uma opinião sobre as demonstrações contábeis originais.
- b) acrescentar uma nota explicativa em seu parecer expondo os motivos.
- c) inserir uma ressalva, pois as demonstrações contábeis estão incompletas.
- d) justificar à Comissão de Valores Mobiliários expondo os motivos.
- e) incluir uma ressalva por não ter acesso aos saldos contábeis analíticos.



ESAF